

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO

1.1. Aquisição de Equipamentos para a Unidade Móvel de Vigilância de Zoonoses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Subsecretaria de Vigilância em Saúde

1.3. **Fundamentação Legal:** A presente aquisição se dará preferencialmente por meio de Pregão Eletrônico com base na Lei 10.520/2002, Decreto Municipal nº 599/2020, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Federal nº10.024/2019, salvo nos casos em que o valor não ultrapassar o limite de R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) o que poderá ser dispensada a Licitação, com base no art. 24 da Lei 8.666/93, desde que não fracionado o elemento de despesa.

1.4. **Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93

2- DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANT.
1	Panela de pressão autoclave – Volume câmara a cerca de 30L. Material: aço inoxidável; Modelo: Gravitacional, Outros Componentes: 1 Cesto; Tipo: Vertical, Op: Manual; Componente: Monômetro;	Unid.	1

2	Autoclave 20 litros digital – Mat: aço inoxidável; Modelo Gravitacional; Volume: Câmbria cerca de 20 L; Sistema de Secagem e segurança, 03 bandejas, Horizontal, Po: Automático Digital; Componente: Sensores, Temperatura, Pressão, Alarme	Unid.	1
3	Aparelho de anestesia inalatória (fluxômetro de O ² , Vaporizador universal 100 ml, circuito traqueia 120 cm) com pedestal (base móvel)	Unid.	1
4	Monitor Multiparamétrico. Material: tela 15 polegadas, Componentes: Spo2, Frequência cardíaca, Frequência respiratória, Eletrocardiograma, com 7 derivações de temperatura. Componente: 1 alarme sonoro e visual. Componente 2: Cabos sensores, oximetria Efc, Ecg e temperatura. Características adicionais: 5 parâmetros integrados	Und.	1
5	Tosador uso veterinário, Lâmina aço carbono, Mínimo 2 velocidades (Pelo menos 1 superior a 3000), c/óleo lubrificante, elétrica c/ cabo mínimo 3M p/ animais de pequeno porte	Und.	1
6	Foco cirúrgico LED – tipo: clínico, portátil, Lâmpada/Vida Útil Led Min 20.000H, Luminosidade cerca de 20.000, Altura ajustável, Haste rígida, parte superior flexível, base, Base metálica c/pintura epóxi c/ Rodízios	Und.	1
7	Bandeja inox com suporte (tripé) – Mesa de Mayo. Material: estrutura tubular em aço inoxidável. Componente: bandeja de aço inox, mínimo de 46x30 cm, altura regulável, outros componentes: 3 rodízios	Und.	1
8	Laringoscópio. Material: aço inoxidável, componentes com 3 lâminas retas, um com cabo. Características Adicionais: C/ Lâmpada de Led. Alimentação: C/Pilha	Und.	1
9	Sistema para injeção à distância com bastão metálico. Componentes: Com Bastão Metálico. Comprimento: Cerca de 75 Cm. Componente 1: C/ No Mínimo Dardos e Agulhas. Tipo: Sistema para Injeção à Distância.	Und.	1

2.2. O quantitativo solicitado foi determinado de acordo com a necessidade da Unidade

Requisitante, conforme comprovado na documentação acostada nos autos.

3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.



3.2. Esta aquisição tem por finalidade atender a demanda do serviço da Unidade Móvel de Vigilância de Zoonoses, com serviços de castração, atendimento médico veterinário de interesse da Saúde Pública, com o intuito de controlar as zoonoses em humanos.

4- DO FORNECIMENTO (FORMA, PRAZO, QUANTIDADE E LOCAL DE ENTREGA)

4.1. Os itens deverão ser entregues em parcela única, com prazo não superior a 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

4.2. Os itens deverão ser entregues na Rua Augusto Cardoso, nº 62, Centro, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 16:00.

4.4. Os equipamentos constantes no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

4.5. Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à Contratada efetuar a troca, no prazo máximo de 5 dias úteis, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.

4.6. Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável;

4.7. No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.

4.8. Caso os equipamentos cotados sejam dispensados do registro na Anvisa, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.



4.9. No momento da entrega, os equipamentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):

- 4.9.1. Manual de operação;
- 4.9.2. Manual de serviços;
- 4.9.3. Esquemas eletrônicos;
- 4.9.4. Procedimentos de calibração;
- 4.9.5. Procedimentos de manutenção preventiva;
- 4.9.6. Certificado de garantia;

5- CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A Contratada deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança, desempenho, instalação e uso de equipamentos.

5.2. A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:

- 5.2.1. Garantir que os equipamentos entregues são aqueles descritos no presente Termo de Referência e que possuem os padrões de qualidade e aceitação.
- 5.2.2. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;
- 5.2.3. Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.
- 5.2.4. Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente a cada objeto constante no Termo de Referência.



5.2.5. Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

5.2.6. Os equipamentos deverão apresentar segurança em suas instalações elétricas em conformidade com a NBR/IEC 601.1.

5.2.8. Todos os documentos mencionados nos subitens 4.9.1 a 4.9.6 deverão estar no idioma português(Br).

5.2.9. A entrega, o transporte, a descarga e a colocação dos equipamentos serão por conta da empresa contratada.

5.2.10. Ademais, a Contratada deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a ser entregue.

5.2.11. Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

5.3. A Contratada deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.

5.4. A tensão elétrica dos aparelhos solicitados deverá ser de 220v ou Bivolt/automático.

6 - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens são recebidos:

6.1.1. Provisoriamente, no momento da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.



6.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação, se dará em até 03 dias úteis a contar do recebimento provisório.

6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

7- DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

7.1. A Contratada deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 12 meses, a contar da respectiva aceitação.

7.2. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante dentro do prazo de garantia.

7.3. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Contratada.

8- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos:

8.1.1. Elemento de Despesa – 44.90.52.02

8.1.2. Fonte de Recurso – 07 – SUS



8.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

8.2.1. Vigilância em Saúde: 30001.10.305.0086.2.208

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

9 – DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

10 – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

10.1.3. FGTS;

10.1.4. PGE- referente a Dívida Ativa;

10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa

10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS



10.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

10.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11-DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

11.2. As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

11.3. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

12- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;



12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

13.2. Efetuar a entrega, o transporte e a descarga dos bens em perfeitas condições, todos 220V ou Bivolt (automático), no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 10.1.1 a 10.1.6;



13.3. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante, dentro do prazo de 12 meses no mínimo.

13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

13.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 05 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

13.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

13.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.

13.8. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

13.9. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 07 (sete) dias de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, sob prévia autorização da contratante em relação a razoabilidade do prazo solicitado.

13.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.11. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja



satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

14- MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15- DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

16- DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17- DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos pela equipe técnica da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do



contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

17.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

Ronald Gibaja Gripp – Matrícula 299.467 – Fiscal Titular

Felipe Souza de Oliveira – Matrícula 207.010 – Fiscal Substituto

17.3. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18-DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO



18.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

19- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02 a contratada que:

19.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2. Apresentar documentação falsa;

19.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5. Não mantiver a proposta;

19.1.6. Cometer fraude fiscal;

19.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

19.3. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3.1. Advertência;



19.3.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

19.3.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

19.3.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

19.3.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

19.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

19.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

19.3.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

19.3.9. As sanções de advertências e sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a



sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

19.3.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

20-DA RESCISÃO

20.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

20.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

20.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Saúde;

20.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

20.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

21- DO FORO



21.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Érica Ribeiro de Freitas Borges
Secretaria de Saúde
Mat. 115.268

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária de Saúde
Matrícula: 106.137